

Impatriótico "Passelo do Trigo", vicia criar uma situação ruínea aos molinos da zona produtora, parte integrante de nossa economia tritícola e isto porque, mediante a facilidade de permutas, grande parte dos molinos de zona produtora encaminhou negociações com molinos do Centro e Norte do país que, dando cabal cumprimento aos dispositivos do Decreto 40.816, aceleraram e firmaram junto ao Banco do Brasil, contratos em que para ter direito ao recebimento de pequena quota de trigo nacional (quota essa considerada prêmio, pois o cereal indígena custou aos molinos um preço bem inferior ao do trigo de procedência estrangeira) se comprometeram a receber quase o dobro da quantidade em trigo estrangeiro, a preço considerado elevado e de safra crifício, para aqueles molinos. Repete que este compromisso foi aceito porque havia a facilidade de permutar pelo similar nacional, evitando assim o enorme encarecimento de despesas, principalmente o frete ferroviário, reduzido, que asseguraria o transporte do trigo estrangeiro até os molinos da zona produtora e o retorno da farinha para os centros consumidores.

Er. Presidente, não fossem as condições de permuta previstas no Decreto 40.816, os moageiros da região produtora, em sua maioria, não teriam firmado os contratos-compromissos com o Banco do Brasil, que os obrigam a receber trigo estrangeiro, pois as condições econômicas de tal operação lhes seriam grandemente prejudiciais. Gostaríamos de saber exatamente esta situação que os inimigos da triticultura nacional desejam criar. O enriquecimento da rede de molinos da zona produtora, colocaria o triticultor nacional em maiores dificuldades e seria grave ameaça à expansão da nossa triticultura.

Não permitir a permuta nesta época do ano, alegando que tal operação vem favorecer a fraude, seria reconhecer um erro na elaboração do decreto regulador. Cumpre aos órgãos competentes, uma fiscalização rigorosa, para que as permutas se realizem, dentro das normas estabelecidas.

Sr. Presidente, para maior conhecimento dos nobres membros desta Casa, encaminhamos à imprensa um artigo escrito no matutino desta Capital, o Diário de Notícias, onde o articulista bem demonstra a nefasta atividade do truste internacional do trigo em nossa pátria.

Sr. Presidente, valemo-nos desta oportunidade para formular um veemente apelo ao Sr. Presidente da República, no sentido de que a Comissão Consultiva do Trigo seja revigorada com a exclusão de elementos que tem procurado sabotar a patriótica orientação governamental.

Ao Sr. Ministro Mário Meneghetti que tanto se tem esforçado para solucionar o problema tritícola, também fazemos nosso apelo para que, com a possível urgência, autorize o Sr. Doutor Dael Pires Lima, dinâmico Diretor do Serviço de Expansão do Trigo, a homologar todas as permutas que lhe forem requeridas, conforme está previsto no Decreto 40.816 e que nos referimos, oriundo da Presidência da República, cumprindo assim as determinações do Governo.

Er. Presidente, com referência a este assunto, passo a ler o seguinte artigo publicado no "DIÁRIO de Notícias":

"Como a experiência internacional indica serem os trustes malvistas pelas populações a que exploram, evitam eles de agir frontalmente. Infiltram-se, por conseguinte, nos diversos órgãos e comissões às quais está afeta a solução dos problemas para que as soluções de fato tomadas nas reuniões de suas direções no estrangeiro recebam a chancela das nossas autoridades.

No Brasil a competência para decidir dos negócios do trigo está dividida entre alguns órgãos, com funções específicas todos eles. O Serviço de Expansão do trigo subordinado ao Ministério da Agricultura, como o nome indica, tem a responsabilidade de fomentar a produção, promover o escoamento das safras, podendo para tanto tomar todas as medidas relacionadas com a entrega em proporções que estabeleça, do trigo aos diversos molinos do país, de acordo igualmente com as necessidades do abastecimento.

O problema do transporte, sendo complexo, e exigindo a cooperação de outros órgãos como o Ministério da Viação, está naturalmente entregue ao Conselho Coordenador do Abastecimento que, pela sua posição na organização administrativa do país, está habilitado a reunir e manejar todos os fatores disponíveis neste sentido.

Para que as compras de trigo no exterior pudessem ser feitas nas melhores condições econômicas possíveis e de acordo com os interesses de nossa balança comercial, bem como em obediência aos dispositivos formais dos nossos governos comerciais, foi criada uma Comissão Consultiva do Trigo, que funciona junto ao Itamarati e que, presidida pelo chefe do Departamento Econômico daquele Ministério, se compõe de delegados da CACEX, Carteira de Câmbio, COFAP, SET e de um representante da indústria moageira.

A COFAP, CACEX e a Carteira de Câmbio fazem representar por funcionários subalternos que, não obstante conheçam suficientemente os problemas de sua especialidade (câmbio, formalidades do comércio exterior, etc.), não estão familiarizados com todos os aspectos da complexa política do trigo e votam, em consequência, inevitavelmente com o presidente da Comissão. Se a isto acrescentarmos a instabilidade que tem caracterizado o exercício da função de diretor do SET, veremos que ninguém na Comissão é, realmente, especialista na matéria, exceto aquele que ali figura como representante da indústria moageira nacional mas que na realidade é o delegado do truste internacional, gerente-geral que é do Molinho Fluminense, ao mesmo pertencente.

Assim, o poderoso grupo que dirige os negócios do trigo no mundo inteiro dirige também no Brasil, acobertado pelo bem e tradicional nome do Itamarati, naturalmente imune a ataques. Aproveitando-se da solidez da posição conquistada naquele órgão, o truste manipulou no sentido de estender gradualmente as atribuições do mesmo ao ponto de ser, hoje, o virtual senhor de nossa política do trigo, havendo o SET, COFAP e demais órgãos sido reduzidos a meros executores de suas determinações sobre todos os estágios da produção.

Outros fatos podem ser arguidos contra o procedimento da Comissão Consultiva e ser verificados pelo simples compilar das atas de suas sessões, como, por exemplo, a decisão de adquirir trigo uruguaio de qualidade inferior, com percentagem anormal de impurezas, contra o voto em separado do delegado do SET, que demonstrou ser o referido trigo prejudicial aos molinos nacionais. Situação paradoxal esta de ser o SET de defender os nossos molinos não obstante a presença de um pseudo representante do mesmo naquele órgão.

Disto tudo resulta a importância de apurar-se a origem da no-

meação do delegado da indústria moageira. Por quem foi efetuada? Pela totalidade dos Sindicatos da Indústria do Trigo no país ou simplesmente pelo Sindicato do Rio de Janeiro? Se eleição não houve, quem terá designado o delegado? Não consta que tenha sido, nem o Ministério da Agricultura, nem o do Trabalho.

Hoje em dia há cinco sindicatos no país. A maioria deles, preferiria, em vez de um representante do truste, poder contar com um elemento, de sua confiança que, não somente se preocupasse com a moagem do trigo estrangeiro, mas, principalmente, com a do nacional. Este elemento só poderia ser encontrado na indústria moageira média do Rio Grande do Sul.

Atentemos, ainda, para as seguintes circunstâncias: durante o tempo de funcionamento da Comissão Consultiva do Trigo, em que o delegado da indústria foi sempre o mesmo, não obstante se tenha praticamente auto-designado, a presidência da comissão foi mudada três vezes: o SET teve seis diretores e a COFAP mudou 4 ou 5 vezes seu delegado.

Deve ter sido para solucionar o problema do trigo e, em especial, o do escoamento da presente safra, que o Presidente da República, criou ao que consta, o Conselho Coordenador do Abastecimento para o qual veio de nomear novo secretário-geral.

O Serviço de Expansão do Trigo também se está com suas atribuições perfeitamente definidas em lei.

O que é preciso é que estes órgãos assumam as suas responsabilidades, deixando de ser, como vêm sendo, meros instrumentos de execução das decisões da Comissão Consultiva que, como o próprio nome indica, não pode ter função decisória, mas, apenas se está praticamente entregue à orientação que não consulta aos legítimos interesses do país.

Este o sentido desta advertência aos poderes públicos em face da gravidade e importância do problema do trigo nacional. Há que restabelecer em toda a sua plenitude as prerrogativas dos órgãos executivos da política do governo a fim de evitar a intromissão de interesses estranhos feita ainda mais, por órgão inepto que hipotrofiou suas atribuições, transformando-as de consultivas, para restrito setor do problema, em executivas para todos os seus demais aspectos.

Como medidas concretas, seria de bom alvitre reexaminar a questão da representação da indústria moageira na Comissão Consultiva e a atribuição ao Conselho Coordenador do Abastecimento, responsável pela articulação das providências relativas a transporte de gêneros, no direito de escolher o Coordenador do governo para os embarques de trigo da Argentina e Uruguai".

Era o que desejava dizer. (Muito bem).

**O SR. ALENCAR ARAPIPE:**

(Para uma comunicação) — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, é meu intuito, neste momento, apresentar à consideração da Câmara dos Deputados projeto de lei concebido nos seguintes termos:

"O Congresso Nacional decreta: Art. 1.º — É concedido ao Hospital São Francisco de Assis, da cidade de Taubá, do Estado de Ceará, para a conclusão de obras de instalação, o auxílio de dois milhões de cruzeiros — (C: 2.000.000,00) — que lhe serão pagos em duas prestações iguais, consignadas em Orçamentos anuais sucessivos da União.

Art. 2.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua promulgação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1957."

O projeto está subscrito também pelos Deputados Menezes Fimel e Moreira da Rocha, e justificado conforme se segue: "O Município de Taubá, segundo os dados do recenseamento de 1950, tinha a população calculada em 43.511 habitantes, distribuídos em 10 Distritos, inclusive o da sede: — Arneiros, Barra Nova, Carrapateira, Cocó, Alhamim, Marrecas, Marzuá, Parambi e Tricá.

Era, então, o município do Estado de maior extensão territorial.

Os distritos de Parambi e Arneiros foram ultimamente elevados à categoria de Municípios em vista do grau de desenvolvimento econômico e social, a que atingiram.

Taubá dista cerca de 400 quilômetros de Fortaleza, e de 250 de Crato, ficando-lhe a distância de uns 100 quilômetros a linha ferroviária, que é alcançada pelos que dali partem com destino às cidades servidas pela mesma, em Senador Pompeu.

Não dispõe de sistema rodoviário regular, nem de comunicações aéreas permanentes, apesar de sua grande distância de maiores núcleos de civilização.

No alto sertão dos Inhambuns, onde a criação de gado atinge níveis de destaque especial, é o centro de progresso que mais se profita.

Dispondo de terras de boa qualidade, que se prestam, com êxito, a variadas culturas, de ricas e abundantes pastagens, de vários cursos de água, que, barragens, lhe garantiriam a irrigação de vasta sorte de seus campos, ali temos, sem dúvida, uma cidade que, provida de meios financeiros, e de obras de assistência à saúde e à educação de seu povo, dentro em breve muito se destacará no concerto da civilização sertaneja.

Não há, nesse, nem nos Municípios circunvizinhos de uma orla de 180 quilômetros, mais ou menos um só estabelecimento hospitalar, e, por isso, mereceu louvores e franco apoio dos Poderes Públicos, a iniciativa local no sentido de dotar os taubenses do seu precioso Hospital São Francisco de Assis.

A obra foi projetada por técnicos do Ministério da Saúde, e está com seus alicerces lançados e paredes a se erguerem. Faltam recursos para que prossiga e, afinal, se instale o Hospital em aprço.

O projeto visa conceder-lhe, já que outro meio não encontram os pioneiros do progresso daquele longínquo recanto do interior cearense, para obter a contribuição do Tesouro Nacional. Trata o que tinha a dizer. (Muito bem).

**O SR. PRESIDENTE:**

Dou a palavra ao Sr. Antão Rocha, por cesso do Sr. Tasso Dutra.

**O SR. ANÍSIO ROCHA:**

(Lê a seguinte comunicação) — Sr. Presidente: Repetirei há dias em Brasília o ato religioso dos primórdios da nossa história — a primeira missa rezada no Brasil.

Em 1950 foi descoberto o nosso País, descoberto o seu oco com uma cruz azeviche com que tantos graças a Deus não bem sucedido de nossos empreendimentos. Em 1950 Seguiu "Guanabara" os navegadores portugueses uma Cruz com a qual desmarcaram a sua terra e a coragem sempre demonstrada em "um minuto novo ao mundo". Esses meses de trabalho pelos portugueses que descobriam os baixios e os baixios paulistas e levaram aos setes de Goiás e, lá bem no coração do interior, em fazendas de hoje e na fazenda da Ilha Brasilina que está a 1074 quilômetros de Brasília, ergueram um Cruzeiro que resistiu no emblema dos setes, guilherme nosse nome no futuro e nosse setes quase imperecíveis.

Se e certo que a visão da nossa inteligência atravessa a orma do futuro, com um pouco das possibilidades de futuro que não se ultrapassaram os horizontes que deveriam ser ali a Capital do Brasil. Pois, ali bem próximo desse Cruzeiro, após os trabalhos planejados na comissão de estudos de 1950, em 1952 o então presidente do Brasil, Dr. Epitácio Pessoa, fez surgir um marco inaugurando o local que seria edificada a nova metrópole brasileira. Os primeiros trabalhos para a escolha da localização foram realizados na época que pouco depois se desviaram os atuais planos de localização. Os estudos foram previstos as dificuldades que se colocariam no caminho para a atual Capital Federal e o conjunto de elementos indispensáveis a sua construção nacional. Já então se pensava, também na necessidade de dar desenvolvimento a regiões que ofereciam condições geológicas e climáticas que proporcionassem fartura às populações. E a mudança da Capital passaria todas essas dificuldades de terra e condições: o Rio continuaria sendo o grande centro industrial e comercial do País, face a seu privilegiado porto de mar; o oceano brasileiro teria setas horizontes rasgados, convergindo de todos Estados para de comunicação através de grandes frotas para fatura de todo o Brasil. Por estes razões, Sr. Presidente, não é um capricho ou despretensão a quem julgar a coragem do Sr. presidente Juscelino Kubitschek, como constatado está que não essa fútil razão que nos deu "Beio Horizonte e Colônias Razes em condições econômicas promovendo esses empreendimentos que foram de início aversamente censurados e hoje constituem o orgulho dos brasileiros que sentem a satisfação de ver sua pátria progredir e despartidos houve-os em todos os tempos, mesmo porque é lei natural a repetição dos fatos. O que está acontecendo da República é idêntico ao que foi apreciado para a construção da Capital de Minas e da de Goiás.

Lembrando perfeitamente da luta travada pelo Sr. Senador Pedro Ludovico, então governador de Goiás quando lançou a ideia de mudar a Capital do Estado para onde ela se encontra atualmente. Para contradizer seus pontos de vista diziam-se os maiores absurdos, até blasfêmias assazaram contra esse ilustre goiano, pois não o mover a não ser o do engrandecimento do seu Estado, o que equivale dizer que lutou e lutou pela causa nacional. E só depois que Sua Excelência demonstrou em razões econômicas e financeiras as razões desse plano, é que grande número de seus opositores acabaram bem fundada sua ideia. Feita luz na obscuridade de certos espíritos obstrucionistas, é que compreenderam a importância

de desenvolvimento e o estado de decadência invejável da cidade de Goiás. Pêz ele ver que durante 24 anos a medida de construção não ultrapassava de uma casa por ano, tal o estado de pobreza a que chegara aquela região, ressentindo-se a incapacidade de estabelecer comunicações com outras cidades do Estado. Convenções disso, mas a obra e si está a maravilhosa cidade de Goiânia, Capital Caxula, da qual, hoje, todos os goianos se ufam não só pela magnificência do traçado de suas avenidas, praças e ruas, como também por ter esse feito trazido ao Estado grande progresso.

Ora, Sr. Presidente, se estabelecermos um paralelo com a atual Capital Federal e a antiga Capital de Goiás, encontraremos razões idênticas, que tentem que o atual Distrito Federal, é meio acanhado para dar as acomodações que se impõem, o ambiente que exigem. Mesmo que não fora uma ideia antiga que vem antes de nossa independência política, que foi introduzida na constituição de 1891 e se encontra hoje no art. 1º das Disposições Transitórias de nossa atual Carta Magna, é sempre louvável a ação de um homem que pugna desassombadamente pelo bem de nossa Pátria. Seus propósitos estão certos sob todos os pontos de vista: legais e de princípios estabelecidos para atendimento perfeito às necessidades de um centro de população intensa. Pois, Sr. Presidente, o local escolhido para construir a nova Capital já se encontram:

- Topografia suavemente ondulada;
- Clima confortável, sem temperaturas extremas;
- Fácil surtimento de água;
- Proximidade de áreas florestais e fácil desenvolvimento de agropecuária;
- Fonte próxima de energia elétrica;
- Paisagem atraente e recreacional.

Sr. Presidente, na minha simplicidade não tenho frases para explicar, nem arte para pintar as belezas guardadas da área onde em breve estará assentada a nova Capital do Brasil. Toda a coisa a dizer, extra é sentir! Todas as possibilidades para que Brasília seja a obra máxima das realizações nacionais, ali estão a seu redor, proporcionando uma florescência que entusiasma a todos os que tiverem a ventura de desfrutar desses benefícios que o atual Governo procura dar aos brasileiros. Campos imensos, florestas magníficas, terras fértilíssimas, clima ameno haveriam, por certo de provocar entusiasmo ao Sr. Presidente Juscelino para levar a termo tão elevado feito que marcará nova era para a evolução de nossa economia, de nosso "status" social e da nossa política à qual serão dados rumos novos, visando primordialmente os interesses nacionais.

Nossa diligência pela causa pública é lá sabida e notória. As nossas riquezas são ambicionadas por todo mundo, nós as olhamos com indiferentismo. É preciso que mudemos de atitude e nos dispunhamos a ajudar a realização das grandes obras que enaltecem nossa ação progressista e civilizadora!

Sr. Presidente, como goiano, e sobretudo, como brasileiro, eu, desta Tribuna, envio ao Chefe da Nação, minhas congratulações, fazendo votos para que Deus abençoe sua obra pelo valor nacional que representa e pelo patriotismo que encerra! (Muito bem).

**O SR. PORTUGAL TAVARES:**

(Lê a seguinte comunicação) — Sr. Presidente, um grupo de jornalistas que militam nesta Casa, já apoiado por forte corrente de elementos de projeção em todas as classes sociais, liderado pelos profissionais de imprensa Ramayana de Chevalier, Ar-

menin Jouvlin, Alberto Goes, Carlos Fidalgo, Loureiro Júnior, Waldemir de Souza e outras mais, vai lançar, dentro em breve, um jornal diário "O Nacionalista". Que pugnará por uma tese patriótica que vou ler, para que conste dos anais da "Amara" consubstanciada no manifesto de apresentação do referido órgão e de sua sociedade anônima, e que julgo deva merecer a atenção dos meus ilustres pares, nessa hora conurbada da nossa vida política.

Fui escolhido, Sr. Presidente, para proceder à leitura deste manifesto por haver, sido eu, na adolescência, um "fofo" de jornal e ligado até hoje aos homens da imprensa do meu País.

**Este o manifesto:**

**"MANIFESTO DE "O NACIONALISTA"**

Os rumos da humanidade se marcam, neste momento, por um desejo irrevocável de independência e liberdade. Já não se trata da dependência política, inteiramente utópica quando não assenta sobre a emancipação econômica. É desta mesma da que se cogita, por quem os povos vibraram e lutam. Já ninguém acredita que se possa ser independente, sem auto-suficiência parcial, sem o ímpeto criador de sua própria indústria. Muito se fala em desenvolvimento de povos atrasados, da propulsão de países em desenvolvimento. Mas, aqui, que tratam disso não permitem que o desenvolvimento desses países atinja a sua maioria econômica e industrial. As potências ocidentais, opulentas e fortes, apontam os dedos do Oriente, mas continuam alimentando, no seu seio, erros maiores! Desacertam dos que falharam na democracia, mas persistem opinando os povos sobre a libertação da Hungria, e, do outro, promovem a crise interna do Brasil, forçando-o a coesão dos combates de seu solo. Não podemos acreditar nos que são democratas na aparência, como não conseguiremos os que, por particularismo, insem o nacionalismo que não servem, só importa para impedir um livre comércio com os Estados Unidos, tirando-o das fontes de matérias primas. O nacionalismo, como o entendemos, é patriota e universal, no mesmo tempo, porque não favorece povos, nem países, mas enfrenta com decisão os grupos escravagistas, os monopólios e os conjuntos financeiros apátridas. Desajustamos a nossa emancipação econômica como brasileiros, olhando fraternalmente nos olhos a todos os nossos irmãos continentais, a todos os povos do mundo. Se queremos fundar e promover o progresso do que é nosso, não hostilizaremos a ninguém por isso, nem combatemos que outros o façam com honestidade. Somos amigos de nossa pátria e do seu futuro. Conosco formaram todos os que sentiram dessa forma. Não temos preconceitos de raça ou de classes, não aspiramos pelo predomínio de uma só casta social e, sinceramente, repudiamos qualquer ideia de casta no grupo humano, não lutamos por falsas bandeiras e por princípios estranhos à nossa índole. Que os outros cresçam, sejam felizes e fortes, sem impedir que nós o sejamos também. De tradição pacífica, estendemos as nossas mãos a todos os grupos humanos, ocidentais e orientais, desejando-lhes vigor e prosperidade. Não somos xenóforos, nem jacobinistas inconsequentes. Só os casos o seriam nesta altura do tempo. Pretendemos abrir

os nossos portais a todos os que quiserem trabalhar, de verdade, no nosso lar, num amplo movimento de imigração, mas queremos também, ao lado disso, que o nosso enlho autôntico, que o nosso lar brasileiro, batido pelas intempéries, e seus filhos protegidos como os nossos brasileiros, pelas geadas, tenha um tratamento idêntico, seja amparado como uma vítima em migração intra-territorial, e seus filhos protegidos como os nossos brasileiros e mais vigorosos e adaptados povoadores. Sabemos que há capitais estrangeiros que aspiram viver conosco, lutar ao nosso lado, defendendo-se da usura fiscal de outros países, ou do esmagamento irremediável numa guerra ideológica do mesmo passo que concretizada para o dinamismo de nossas riquezas potenciais. Esses capitais são necessários, essas concorrentes estrangeiras são desejadas e aqui encontraram amparo e segurança, cobertas, no respeito às leis do país. Combatemos, isso sim, os capitais escravizadores, colonialistas, que nos sugam, usufruem das nossas potencialidades, exploram as nossas reservas de matérias primas, para não-las revertem em utensílios e manufaturas e, perempções que fiquemos nos que nos cobre história e geograficamente, nos abandonam para prosseguir em outras paragens a sua ação nefasta! Vem para explorar a que possuímos, está-la, escovar o nosso chão, dando-nos de sobejo o "royalties miserável do seu condomínio! Esse capital nos é funesto e nós o combatemos, sejam quais forem as concessões. Também não aceitamos a tocha de nacionalistas, porque scjamos antiamericanistas, negando tudo aos EE. UU., desde que isso favoreça aos interesses da URSS, desde que isso, entorpecendo o hemisfério, torne possível uma vitória russa. O nosso objetivo é lutar PRO-BRASIL, sem hostilizar a nenhum outro povo. Não somos contra ninguém. Somos, isso, sim, de qualquer maneira, a favor do Brasil! Nem o habitante de Moscou, nem o de New-York, nem o antipático ou inimigo Os povos caminham dos mesmos pontos de vista e a liberdade é a sua bandeira dileta. Não admitiremos interferências, em dos "trusts" opressores, nem de ideologias exóticas, cujo sentido seja o de nos ativar à órbita vermelha.

Esse nacionalismo puro que anima por todos os mercedários, não nos dá o direito de sermos sombrios na sua humilhação, nos sustentaremos corajosamente, pondo o Brasil ao serviço das Américas e da Humanidade, como o herói da fraternidade do futuro e exemplo de paz e trabalho para todos os destituídos do mundo! Convergemos todos os credos religiosos, todos os pensamentos, todas as maneiras de sentir dentro de um vigoroso critério de amor à liberdade e de respeito aos mais sagrados princípios do Brasil! Repudiaremos quaisquer quer pruridos fascistas ou comunistas, que fermentem em lutas intestinas e desarmonias sociais do nosso território, afirmando a nossa fé nos mandamentos da legítima justiça social, da extinção da exploração do grupo humano, do estabelecimento de uma condição de equilíbrio entre o capitalismo nacionalista e o trabalho fecundo e protegido, do decidido apoio a todas as iniciativas brasileiras no sentido da exploração das nossas reservas florestais e agrícolas, deixando ao Estado o controle dos combustíveis liqui-